4.3 — O requerimento deve ser acompanhado da seguinte documentação:

a) Certidão comprovativa da posse do grau de especialista, com a especialidade de medicina legal, obtido na 1.ª época de 2012.

5 — Afixação da lista de candidatos admitidos e excluídos: a referida lista será afixada nas instalações da Delegação do Centro do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.

6 — O júri tem a seguinte composição:

Presidente: Dr.ª Cristina Maria Gomes Cordeiro, assistente de medicina legal

Vogais efetivos:

Dr.ª Natividade do Rosário Vale Caveiro Lemos da Silva, assistente de medicina legal

Dr.ª Susana Pereira da Silva Tavares, assistente de medicina legal

Vogais suplentes:

Dr. José Jerónimo Fonte Santa Silva, assistente de medicina legal

Dr.ª Cláudia Maria Batanete Frade Marques, assistente de medicina legal

6.1 — O Presidente do júri será substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo primeiro vogal efetivo.

22 de outubro de 2012. — O Diretor do Departamento de Administração Geral, *Carlos Dias*.

206487391

Deliberação (extrato) n.º 1538/2012

Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P., (INMLCF, I. P.) em sessão de 6 de setembro de 2012:

Dr. José Luís Martins Ferreira Alves, assistente graduado de medicina legal do mapa de pessoal do INMLCF, I. P. — nos termos do disposto na alínea *d*), n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que lhe foi autorizada, a seu pedido, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 286.º, n.º 1 e 287.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, a denúncia do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 5 de setembro de 2012. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

17 de outubro de 2012. — O Diretor do Departamento de Administração Geral, *Carlos Dias*.

206487634

Despacho (extrato) n.º 14238/2012

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2088, de 27 de fevereiro, torna-se público que, nos termos do n.º 6 do artigo 12.º da citada Lei n.º 12-A/2008, e ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 73.º, n.º 1 do artigo 75.º, alínea *b*) do n.º 1 do artigo 76.º, todos do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, e, ainda, com o n.º 1 da cláusula 6.º do Acordo Colectivo de Trabalho n.º 1/2009, de 28 de setembro e Regulamento de extensão n.º 1-A/2010, de 2 de março, torna-se público que Maria da Luz Dias Pinto da Costa Passos, com a categoria de assistente técnico, da carreira de assistente técnico, concluiu com sucesso o período experimental, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para ocupação de posto de trabalho do mapa de pessoal do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.

18 de outubro de 2012. — O Diretor do Departamento de Administração Geral, *Carlos Dias*.

206487626

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Aviso n.º 14695/2012

Nos termos e para o efeito do disposto nos artigos 57.º e 58.º do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro, notifica-se Ana Paula Beirão Torrado Romero, Assistente Operacional do mapa de pessoal da Conservatória do Registo Nacional de Pessoas Coletivas, arguida no processo disciplinar autuado nos serviços centrais do Instituto dos Registos e do Notariado, IRN, I. P., sob o n.º 66 RP 2012/SAID (Com apensação do P 8 RP 2012), de que por despacho do Presidente deste Instituto, com data de 02/10/2012, lhe foi aplicada a pena disciplinar de demissão, nos termos do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 58/2008 de 9 de setembro e n.º 4 do artigo 88.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, prevista no artigo 9.º n.º 1 alínea *d*), caracterizada no artigo 10.º, n.º 5, aplicável nos termos do n.º 1 do artigo 18.º e com os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 11.º, todos do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas aprovado pela referida Lei n.º 58/2008.

Mais se avisa que o referido despacho é suscetível de recurso tutelar para S. Ex.ª a Ministra da Justiça, a interpor no prazo de quinze dias a contar da publicação do presente aviso.

24 de outubro de 2012. — O Vice-Presidente, *José Ascenso Nunes da Maia*.

206489254

Aviso (extrato) n.º 14696/2012

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência do meu despacho de 28.09.2012, foi aplicada à trabalhadora Sandra Maria Fonseca Ferreira, segunda ajudante do mapa de pessoal da Conservatória do Registo Comercial e de Automóveis de Braga, a pena disciplinar de demissão, com efeitos a partir de 10.10.2012. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

26 de outubro de 2012. — O Presidente, *António Luís Pereira Figueiredo.*

206489376

Polícia Judiciária

Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas

Aviso n.º 14697/2012

Para cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, faz-se pública a lista nominativa dos trabalhadores do mapa de pessoal da Polícia Judiciária que cessaram funções no período compreendido entre 1 e 30 de setembro de 2012:

Por motivo de aposentação:

Maria da Conceição Bruno Mota, Coordenadora de Investigação Criminal, Escalão 1, em 01-09-2012;

João Fernando da Costa Morgado, Inspetor, Escalão 9, em 01-09-2012;

José Manuel Fernandes de Amorim, Inspetor, Escalão 9, em 01-09-2012;

Maria Carla Granier Franco Ferreira, Inspetora, Escalão 7, em 01-09-2012;

Fernando Carlos Varela de Quadros Figueiredo, Especialista Auxiliar, Escalão 7, em 01-09-2012;

João Carlos Freitas Martins de Nóbrega, Segurança, Escalão 9, em 01-09-2012;

Natalina da Conceição Roupeta, Assistente Operacional, 2.ª Posição Remuneratória, em 06-09-2012;

Por falecimento:

José Manuel Ferreira da Cruz, Especialista Auxiliar, Escalão 9, em 19-09-2012.

(Não estão sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

25 de outubro de 2012. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto*.

206486905

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO

Direção-Geral de Energia e Geologia

Aviso n.º 14698/2012

Faz-se público, nos termos e para efeitos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março e do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-